CÂMARA MUNICIPAL DE
ILHA COMPRIDA

GABINETE DA VEREADORA
ANDRESSA CERONI

/andressa.marquesceroni vereadora.andressaceroni@hotmail.com (11) 997101348

PROJETO DE LEI Nº 131/2021

Dispõe sobre denominação de logradouro público que específica e dá outras providências.

GERALDINO JUNIOR BARBOSA DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Ilha Comprida, usando das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica; FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° Fica denominada "Rua Adriano Vanucci", o logradouro público nominado como "Rua Porto Velho", situada no Balneário Porto Velho, que tem início na Av. Beira Mar.

Art. 2° Compete ao Poder Executivo Municipal providenciar a colocação de placa de nomenclarura para a execução desta lei.

Art. 3° As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de verbas do orçamento vigente suplementada se necessário.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário dos Emancipadores, 06 de dezembro de 2021.

Andressa Marques Ceroni
VEREADORA – PL

CÂMARA MUNICIPAL DE
ILHA COMPRIDA

GABINETE DA VEREADORA
ANDRESSA CERONI

/andressa.marquesceroni vereadora.andressaceroni@hotmail.com (11) 997101348

PROJETO DE LEI Nº 131/2021

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores:

É com imensa satisfação que passo às mãos de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei, a fim de prestar justa homenagem a ilustre cidadão de Ilha Comprida, que tanto contribuiu pelo desenvolvimento da nossa cidade. Adriano Vanucci nasceu em 15/08/1940 em São Paulo, casado com Claudete Zanellato Vannucci , e teve 4 filhas, Eliane, Sandra, Regiane e Viviane Vannucci.

Chegou na Ilha em 1974, morador a 44 anos na Ilha Comprida, foi o primeiro administrador regional e membro ativo do grupo de emancipação. Participou ativamente da Emancipação de Ilha Comprida em um plebicito que aconteceu em 27 de outubro de 1991, e com 99% dos votos, foi aprovado a emancipação política e administrativa da Ilha. Vannucci tem uma linda historia de muita luta e muito amor por nossa cidade, fez uma publicação contato sua versão desde do inicio de todo o processo de emancipação de nossa cidade, como consta anexado a esse Projeto de Lei, e por essa razão que peço aos nobres pares o apoio para aprovação deste projeto de Lei.

Plenário dos Emancipadores, 06 de Dezembro de 2021

Andressa Marques Ceroni
VEREADORA – PL

(Verdadeira História de Ilha Comprida, escrito pelo Sr. Adriano Vannucci).
Voce sabia?
Poucas pessoas sabem que para emancipar a Ilha, foi feita um adendo da Constituição Brasileira em 1988?
Meu nome é Adriano Vannucci, morador a 44 anos na Ilha Comprida, primeiro administrador regional, membro ativo do grupo de emancipação.
Quando por aqui cheguei, o bairro estava apenas começando, onde hoje é a Av. Copacabana era apenas um caminho mal traçado, não dava passagem. Os carros (jipes) e pedestres em sua maioria para acessarem a praia tinham que utilizar o antigo caminho do sal, que depois ficou conhecida como estrada do DR , porque dantes havia extração de sal do mar e o seu transporte era feito por carro de boi até o Mar de Iguape, como era conhecido na época, hoje Mar Pequeno, onde era embarcado o sal com destino a cidade de santos.
Próximo ao mar, atualmente a Av. Copacabana, tinha apenas o restaurante da Angelita o prédio de madeira, que era a casa do sal; já onde hoje é o Bal. Icaraí existia uma casa de madeira; no atual Bal. Marusca já existia o prédio de madeira onde era colônia de férias dos empregados do departamento de estradas e rodagem (DR), as vilas de Pedrinhas, Juruvauva, Trincheira, a Vila de Pescadores Seu Artur, e o Lugarejo dos França de Pescadores, do lado sul da Ilha Comprida, já existiam, mas como vila de pescadores, ao norte já tinha a Casa da Dona Maria das Cabras na ponta da praia próximo a Barra de Icapara.
Na década de 70 veio para a Ilha Comprida uma senhora que por sua idade ficou conhecida como a vovó, que construiu um armazém onde atualmente é a Av. Copacabana, depois foi construída a Padaria dos Marietos, conhecidos como Cajara.
Como já mencionado, a Ilha era carente de tudo, transporte coletivo, escola, saúde, só eram disponíveis em Iguape, o que tornava a inexistência de vias de acesso nosso maior problema, impedindo assim os moradores de se locomoverem.
Em 1982, fui convidado para ser o primeiro administrador regional na ilha comprida. Com o apoio dos saudosos Sr. Carlos Fausto Ribeiro e Sr. Laércio Ribeiro, respectivamente Prefeito e Vice da época.

Com muita luta conseguimos uma pá carregadeira, dois caminhões, um para coleta de lixo que foi implando por nos, outro para serviços gerais e cinco funcionários, dessa forma começamos a trabalhar com muita disposição.

Para sanar nosso maior problema, abrimos a Av. Copacabana, dando condições de transitar, em seguida realizamos o calçamento de lajotas, foi o primeiro calçamento na ilha, melhoramos as ruas dos balneários no boqueirão, tive participação junto ao Ministro das Estâncias Turísticas e consegui o Posto de salvamento, construímos a primeira escola na Ilha, começamos a abertura da Av. Beira Mar, o transito de veículos anteriormente era feito pela praia, que era impossibilitado quando a maré subia deixando todos ilhados.

Até hoje, quando me encontro com moradores mais antigos, escuto que eu comecei a vila que hoje é a cidade de Ilha Comprida.

Daí em diante já começou a se formar o bairro de Ilha Comprida que pertencia a cidade de Iguape, há um fato importante, já naquela época nos tínhamos em mente tirar a Ilha de Iguape, pelo motivo que a arrecadação de impostos, IPTU, ir todo para cidade mãe, por motivos políticos não era investido nada aqui, isto gerava muito descontentamento por parte dos que aqui moravam.

Mas para tirar a ilha de Iguape, como nos falávamos na época, pois não éramos politizados como hoje, mas a dificuldade era grande, a legislação brasileira era complicada tínhamos primeiro que passar a ser distrito, ter vida econômica, ou seja, ter poder econômico para ser independente, nos preenchíamos parte, porem tínhamos que segundo a constituição brasileira recorrer ao executivo municipal e ao legislativo (prefeito e câmara), com um agravante a ilha era dominada por Iguape da Barra de Icapara ate a divisa de Pedrinhas, deste ponto até a Barra de Cananéia pela cidade de Cananéia, portanto, duas prefeituras e duas câmaras municipais com o lucro do IPTU cobrado dos proprietários de lotes na Ilha era humanamente impossível.

Um dia em 1988, estava eu pegando meu holerite, pois sou
funcionário público estadual aposentado, deparei por coincidência com um amigo que tinha sido eleito deputado constituinte, para quem não se lembra naquele ano, foi feito uma mudança na Constituição Brasileira, conversando levei ao seu conhecimento que morava em Ilha e a estávamos tentando emancipar política e admistrativamente, expliquei que éramos dominado por dois municípios, ele me orientou a falar com um

advogado que estava trabalhando pela emancipação do bairro de Holambra que possuia uma dificuldade maior que a nossa, eles eram dominado por quatro município e estavam tentando mudar a constituição brasileira, ao invés de recorrer aos municípios, reivindicar a assembléia legislativa e ao governo do estado, assim fugíamos dos interesse dos municípios.

Fui eu e mais um companheiro morador na ilha, hoje já falecido, para Holambra nos dirigimos ao escritório do tal advogado e informamos de onde éramos e que estávamos como eles tentando emancipa-la, lhe narramos que ermos dominados por dois município quando ele disse que era dominado por quatro daí a luta para mudar a constituição.

Ele nos informou que estava tentando convencer os deputados a inserir na constituição, que quando o bairro fosse dominado por quatro ou mais município que era a situação deles ao invés de recorrer aos municípios, recorreria a Assembléia Legislativa e ao governo do Estado, fizemos a proposta ao invés de quatro colocar dois ou mais municípios assim a alteração serviria tanto para Holambra quanto para nós, o advogado nos perguntou quanto poderíamos ajudar financeiramente, pois o gasto com honorários, viagens e outros estava ficando caro, foi quando lhe perguntei de quanto seriam os gastos, a importância que equivaleria hoje a uns setenta mil reais, o dinheiro da época era outro, foi quando lhe informei que nos da Ilha éramos um povo com poucos recursos financeiros, não tínhamos condições de ajudar financeiramente.

Moral o advogado levantou-se e pediu a sua secretária – quando esses Senhores saírem feche o escritório – foi quando eu falei, mas como Dr., e nos como ficamos? a resposta foi seca - Eu não sei o que os senhores vieram fazer aqui - fiquei tão indignado e falei a ele se o Dr. precisar de pessoas para derrubar avião a pedrada, empurrar caminhão no atoleiro, poderia contar com o povo de Ilha Comprida, mas dinheiro nos não tínhamos.

Eu e meu colega viemos embora muito tristes, lamentando-se pelo caminho.

Passado uns três meses estava eu mais uns amigos na Av. Copacabana, quando uma prima da minha esposa me avisou que estava no telefone um homem com um nome esquisito querendo falar comigo, qual foi minha surpresa, era o advogado de Holambra que havia feito a desfeita quando na nossa ida aquela cidade.

Confesso que não esperava mais aquele telefonema, perguntou do outro lado da linha, é o Sr.Adriano Vannucci, confirmei, e ele, aqui e o advogado de Holambra, tudo bem?

Respondi sim e em seguida disse-me, você me falou que o povo da ilha não tinha dinheiro, mas era valente? Retruquei, Doutor, me desculpe eu não queria ofendê-lo eu disse isso para tentar justificar o injustificável, foi quando ele me interrompeu dizendo, pois está na hora de provar a valentia do teu povo, nos precisamos de pessoas para lotar quatro ônibus com destino a Câmara Federal em Brasília-DF, vou te mandar dinheiro para pagar todas as despesas.

Passado alguns minutos caio a ficha, como lotar quatro ônibus se na Ilha não tinha esta quantidade de pessoas?

Comenta daqui e dali até que um amigo deu uma idéia, Vannucci você tem amizade do clube, fala com eles, o amigo se referia ao clube Vila Maria onde eu jogava futebol quando jovem (corria atrás da bola), hoje além de clube e também a escola de samba Unidos de Vila Maria na capital, foi o que fiz, me dirigi a São Paulo, chegando lá conversei com o presidente do clube o Wadih Mutran, hoje vereador por SP, relatei o que precisávamos, que me autorizou na mesma hora, comecei convidando todos que se encontravam no local, conseguindo o meu intento com a promessa que sairíamos no domingo e chegaríamos na segunda em Brasília, na terça-feira o projeto de lei iria a votação, mas não foi isto que aconteceu, o advogado de Holambra tinha convencido a quantidade mínima de deputados (cento e três),e sempre faltava alguns, não dando coram (número suficiente), os dias ia passando, moral da historia, só foi a votação no décimo primeiro dia, imagina você a minha situação quase foi linchado.

Foi aquela bagunça nas galerias da Câmara Federal, gritávamos: Holambra, Holambla!! foi quando um amigo da vila Maria me perguntou, pó não e Ilha? eu retruquei eles vão abrir uma porta e nos passamos juntos, tudo isto no ano de 1988.

A luta não parou por ai, começou a batalha de convencimento aos eleitores da Ilha a votarem no plebiscito que ocorreu em 27 de outubro de 1991, para optarem se queriam tirar a Ilha de Iguape ou não, deu 99% para os que queriam a emancipação política e administrativa da ilha.

Foi quando o prefeito de Iguape, da época, Sr. Ariovaldo Trigo Teixeira descobriu o nosso trabalho e mandou uma carta para o deputado estadual Arnaldo Jardim, na época era líder do governo Luiz Antônio Fleury Filho, para que vetasse o projeto de lei que tinha sido aprovado pelos deputados estaduais,

/andressa.marquesceroni vereadora.andressaceroni@hotmail.com (11) 997101348

O teor da carta:

"Estância balneária de Iguape
Gabinete do Sr Prefeito.
Eu Ariovaldo Trigo Teixeira, usando das atribuições que a lei me confere, venho por meio desta pedir ao Ilustre Amigo Deputado Arnaldo Jardim, líder do governo e do PMDB na assembléia legislativa, que interceda junto ao governador para que vete o projeto de lei que daria autonomia política a Ilha Comprida, pois eles não dispõe de poder econômico suficiente para auto gerir-se, vai acarretar despesa extra no orçamento com mais um prefeito,vice e vereadores".

O governador atendeu ao pedido e vetou nosso sonho.
Daí por diante começou uma grande batalha para reverter o veto, gozado que o presidente da câmara municipal e do departamento jurídico de Iguape eram da Ilha Comprida e nada fizeram em nosso favor, a luta foi terrível tivemos que percorrer novamente toda a ilha anotando quantos hotéis, bares, restaurantes, em fim, todos os comércios que existiam na Ilha, ligação luz e telefone, quanto contribuíamos com a arrecadação do IPTU.
O maior trabalho foi fazer o Sr. Governador abrir questão (mandar para os deputados um documento informando que não fazia questão que derrubassem o veto imposto por ele).
Com tudo na mão mandamos fazer quinhentos e três livros para entregar um para cada deputado, o maior trabalho foi visitar todos novamente.
O projeto voltou para assembléia legislativa novamente, onde foi promulgado em 05 de março de 1992, a Emancipação da nossa Ilha Comprida.

Membros da Comissão Pró-Emancipação e da CENNAIC na Assembléia